

COMUNIDADE E ESCOLA DE SURDOS: INTERSECÇÕES E PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADES

Community and school for deaf people: intersections and subjectivity production

Liane Camatti

Márcia Lise Lunardi-Lazzarin

Liane Camatti é mestre em Educação pela Universidade Federal de Santa Maria. Atualmente, atua como docente do Instituto Federal Farroupilha – Campus Alegrete, atuando nas áreas de Educação Especial e Libras. Desenvolve pesquisas sobre os temas de escola e comunidade surda; tradução e interpretação de Libras. Endereço eletrônico: lianecamatti@yahoo.com.br

Márcia Lise Lunardi-Lazzarin é mestre e doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS. Atualmente, atua como professora adjunta do Programa de Pós-Graduação em Educação e do departamento de Educação Especial da Universidade Federal de Santa Maria/UFSM. Desenvolve pesquisas na área da educação de surdos com ênfase nos temas: currículo, formação de professores, políticas de inclusão/exclusão. Endereço eletrônico: lunazza@gmail.com

Material recebido em 7 de maio e selecionado em 26 de maio de 2011

RESUMO

A constituição de sujeitos é relacionada aos processos de subjetivação aos quais são, historicamente, submetidos. Este artigo procura compreender o investimento feito nos sujeitos surdos que emergem a partir da convergência entre a escola e comunidade surda. Para possibilitar essa discussão, foram produzidas entrevistas com professores e alunos surdos de escolas do Rio Grande do Sul e utilizaram-se ferramentas dos estudos pós-estruturalistas. Foi possível, a partir disso, evidenciar como a comunidade surda vem se articulando a partir

do seu capital cultural e como as escolas específicas para surdos vêm permitindo que as articulações surdas tomem corpo dentro do espaço escolar. Tem-se, então, que a constituição de subjetividades surdas no contexto da intersecção entre escola e comunidade surda se dá com o propósito de constituir sujeitos culturais surdos que possam, através de identidades culturais, dar conta das demandas políticas as quais são submetidas a comunidade surda.

Palavras-chave: Subjetivação, Comunidade surda, Escola de Surdos

ABSTRACT

The constitution of subjects is related to subjective processes which are historically subjected. This article seeks to understand the investment made in deaf subjects that emerge from the convergence between the school and the deaf community. To enable this discussion, were produced interviews with teachers and deaf students from schools in Rio Grande do Sul and were utilized tools of post-structuralist studies. It was possible, from this, highlight how the deaf community is articulating from its cultural capital and how the specific schools for the deaf are

DEBATE

enabling the deaf to take joint body within the school environment. There is, then, that the constitution of deaf subjectivities in the context of intersection between school and the deaf community is with the purpose of constituting cultural subjects to deaf students through cultural identities, to tackle the political demands which are subjected to community deaf.

Keywords: *Subjectivity, Deaf community, Deaf scholl.*

INTRODUÇÃO

Sem tomar como referência alguma obra específica, para Foucault, falar em sujeito é falar na história do sujeito, no vir a ser sujeito, falar nos processos que o constituem e que o tornam o que é. Dessa forma, falar em sujeito, ou ainda, falar em sujeito surdo é falar nos processos que o subjetivam e o fazem ser sujeito de formas bastante específicas.

Nesse contexto, muitos têm sido os discursos que colam a constituição de sujeitos surdos a épocas marcadas e a práticas inerentes a cada tempo. Em outros termos, parece ser possível fixar à época do oralismo a constituição de subjetividades surdas a partir de técnicas de correção e de normalização. Da mesma forma, a partir do que, atualmente, se convencionou chamar de “visão socioantropológica da surdez”, seria possível falar no sujeito surdo da diferença linguística e cultural. No entanto, como produção discursiva, muitos foram os campos que trouxeram a surdez ao

Desse modo, sem negar que a constituição da surdez seja impregnada de saberes diversos, é possível tomá-la como diferença primeira e como condição para a emergência de sujeitos culturais surdos e, consequentemente, para a articulação desses sujeitos em uma comunidade onde se possa sentir e viver sua diferença.

local que ocupa no espaço-tempo atual. Não seria possível, assim, apontar exclusivamente a diferença surda a partir de uma base antropológica e cultural como marca e ponto de partida. Isso implicaria conceber que não estejam nela também campos discursivos que remetem a surdez a outros padrões.

Assim, a surdez abordada aqui, mesmo tendo a centralidade na diferença linguística e cultural, localiza-se na totalidade da malha tecida por discursos de diversos campos de saber: clínico, linguístico, religioso, educacional, jurídico, filosófico, etc. (Lopes, 2007). A partir disso, falar

em modos de subjetivação remete a falar da história. Desse modo, sem negar que a constituição da surdez seja impregnada de saberes diversos, é possível tomá-la como diferença primeira e como condição para a emergência de sujeitos culturais surdos e, consequentemente, para a articulação desses sujeitos em uma comunidade onde se possa sentir e viver sua diferença.

Em suma, é necessário reforçar que, apesar de falar da surdez a partir desse entendimento, é preciso não perder de vista que tomar a surdez por esse viés se relaciona estreitamente a forças discursivas tensionadoras de movimentos impregnados de poder e de significação e que, eminentemente, constroem subjetividades nos sujeitos surdos. “Os modos de subjetivação são, precisamente, as práticas de constituição dos sujeitos” (Castro, 2009, p. 408).

Com isso, é pertinente partir da concepção de que as formas de subjetivação estão relacionadas ao contexto político de uma época. Com a recorrência dos discursos que passam a tomar a surdez como diferença linguística e cultural, e os surdos como sujeitos de uma experiência visual, são configurados modos específicos de pensar e de articular a educação de surdos. Da mesma forma, tais discursos suscitam a organização da comunidade surda e, com isso, forma-se um cenário no qual comunidades surdas e escolas específicas para surdos¹ se cruzam constantemente. A partir daí, intenta-se, com este trabalho, compreender quais são os traços

¹ Neste artigo, faz-se referência às escolas específicas para surdos por ser um espaço que ainda consegue manter-se em diversas cidades do Rio Grande de Sul, mesmo frente às propostas de inclusão educacional dos surdos em escolas regulares. No entanto, é preciso destacar que a manutenção de tais escolas é fruto de intensa militância e reivindicação por parte de surdos e ouvintes envolvidos com a causa da educação de surdos.

interessantes para compor o surdo que atenda ao cenário político e educacional da contemporaneidade. A proposta, assim, é de investigar justamente *o investimento nos sujeitos e nos processos de subjetivação do surdo que emerge do panorama formado a partir da convergência entre a escola e comunidade surda*.

Partindo disso, é possível falar no processo de construção da subjetividade surda a partir de práticas de constituição dos sujeitos. Dentre todas as facetas passíveis de abordagem para compreender esse processo, este trabalho vai tratar especificamente dos efeitos na emergência dos sujeitos surdos a partir da convergência entre comunidade e escola específica para surdos. A partir disso, a problematização central deste trabalho concerne às formas pelas quais os sujeitos surdos são subjetivados a partir da intersecção de comunidade e escola de surdos para que possam atender ao momento político que está em curso.

A PRODUÇÃO DA INVESTIGAÇÃO E O DELINEAMENTO DA ABORDAGEM METODOLÓGICA

Para fazer esta investigação, parte-se da materialidade obtida em discussões produzidas com professores e alunos surdos, membros atuantes na comunidade e na escola de surdos de diferentes cidades

do Rio Grande do Sul: Caxias do Sul, Porto Alegre e Santa Maria. Estas são cidades que possuem escolas específicas para surdos com bastante destaque entre a sua comunidade. Esta pesquisa, então, foi feita a partir da compreensão de que a comunidade se insere na escola com o objetivo de investir nela e de produzir, através dos processos de pedagogização escolar, formas específicas de ser surdo. É relevante mencionar que o desenvolvimento de todas as análises acontece com apoio no material produzido pelas discussões com os surdos. A partir disso, nesse momento, parece ser oportuno não apenas relatar a produção da materialidade, mas também pensar a partir dela, nas possibilidades que ela suscita.

Com relação à utilização das entrevistas, é pertinente traçar algumas considerações a seu respeito, a iniciar pela concepção de que a linguagem, a todo momento, institui significados e não pode ser entendida apenas como recurso comunicativo ou um recurso interpretativo da realidade, pois é produtora da realidade. Por isso, não se procura nesse instrumento um revelador de dados ou de verdades. Silveira (2007), que já no título de seu trabalho coloca a entrevista como “uma arena de significados”, propõe “olhar as entrevistas como eventos discursivos complexos” (p. 118):

[...] um jogo interlocutivo em que um/a entrevistador/a “quer saber algo”,

propondo ao/à entrevistado/a uma espécie de exercício de lacunas a serem preenchidas... Para este preenchimento, os/as entrevistados/as saberão ou tentarão se reinventar como personagens, mas não personagens sem autor, e sim personagens cujo autor coletivo sejam as experiências culturais, cotidianas, os discursos que atravessam e ressoam suas vozes (p. 137).

Já em relação à abordagem teórica, parte-se de ferramentas conceituais oferecidas pelos estudos de vertente pós-estruturalista.

Já em relação à abordagem teórica, parte-se de ferramentas conceituais oferecidas pelos estudos de vertente pós-estruturalista². Nestes, encontram-se contribuições que vêm se prestando a desnaturalizar, a entender a produção de verdades e, a partir disso, a constituição de sujeitos. A partir dessa abordagem, abrem-se outras possibilidades para pensar a questão da educação de surdos, justamente por situá-la no local conflituoso das relações de saber e de poder. Isso é possível em função de que, antes mesmo de pensar a educação de surdos, é possível pensar no sujeito dessa educação, na sua possibilidade de tornar-se sujeito de uma educação – educação que passa pela escola. Esta,

2 Alguns elementos do campo dos Estudos Culturais em Educação também devem compor este artigo. Isso se dá em função da centralidade que a cultura tem nas articulações da comunidade surda. No entanto, é preciso destacar a inquietude de colocar em trânsito, em um mesmo trabalho, elementos dos Estudos Culturais e estudos de vertente pós-estruturalista. A intenção é de fazer ambos conversarem com o objeto de análise deste artigo. Veiga-Neto (2004, p. 40) diz que, “porque a cultura está imbricada indissolivelmente com relações de poder, deriva destas relações de poder a significação do que é relevante culturalmente para cada grupo”. Dessa forma, entende-se que as coisas são (re)constituídas sempre dentro dos processos de significações culturais, submetidas permanentemente a tensões e conflitos de poder.

DEBATE

como instituição, também não pode ser pensada isoladamente, com seus moldes e características. Sua existência é carregada de pressupostos, assim como a surdez também é densamente atravessada por elementos constituídos na história. Dessa forma, cabe um olhar em outras dimensões para as condições que possibilitam, na contemporaneidade, falar em surdos, sujeitos culturais, partícipes de uma comunidade, repletos de desejos de uma educação calcada na sua diferença. Para isso, essa perspectiva teórica apresenta-se bastante oportuna.

Para pensar na produção do sujeito surdo que emerge da convergência entre comunidade e escola de surdos, é inevitável pensar, inicialmente, nos espaços da escola e da comunidade. Estes formam o cenário e fornecem as condições para os processos de subjetivação os

Dessa forma, cabe um olhar em outras dimensões para as condições que possibilitam, na contemporaneidade, falar em surdos, sujeitos culturais, partícipes de uma comunidade, repletos de desejos de uma educação calcada na sua diferença.

quais se busca aqui compreender. Assim, alguns conceitos parecem ser imprescindíveis por serem decisivos na modulação das contingentes condições de funcionamento de cada um dos espaços considerados e por comporem as condições para que o sujeito alvo seja produzido. Com isso, na próxima seção, serão abordados os espaços da comunidade e da escola de surdos a partir do entendimento de que os dois espaços são carregados de pressupostos e produzem formas específicas de subjetivação dos sujeitos surdos.

CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO SURDO A PARTIR DA CONVERGÊNCIA ENTRE COMUNIDADE E ESCOLA DE SURDOS

É possível iniciar as discussões desta seção delineando que a surdez é aqui entendida a partir da sua constituição cultural. De certa maneira, isso parece necessário, especialmente para marcar que se pretende lançar um olhar para os espaços da escola e da comunidade surda com seriedade, sem em nenhum momento almejar desvalorizá-los, retirar seu mérito e sua importância. E isso é possível a partir de uma significação de surdez que possui traços identitários constituídos pela diferença linguística e cultural.

No entanto, a proposta é de pensar na escola e na comunidade surda como cenários emergentes. Nesse sentido, parte-se da tomada da realidade, mas realidade como verdade, como coisa deste mundo (Foucault, 2008) – verdade como

interpretação, como criação. Tomando a verdade como coisa deste mundo, as representações, incluindo as que versam sobre a escola de surdos, nada poderiam ser senão *regimes de verdade*.

Para pensar nesses espaços, entende-se a impossibilidade última de tomar a sua “realidade”. Isso pode custar deslocar crenças, tanto mais quando se fala em educação e, sobretudo, em escola, pois estamos imersos em uma racionalidade que nos convida a todo momento a tomar a realidade nas mãos e a manipulá-la. Isso só seria possível a partir de um entendimento de realidade como algo palpável, passível de classificação, de ordenamento, de gerência. Tal maneira de conceber as coisas do mundo, os elementos que se fazem realidade a partir de regimes de verdade, tem relevância nesta discussão justamente pela impossibilidade de tomar tanto a escola quanto a comunidade e o sujeito surdo fora do jogo de instituição de verdades, sempre cambiante pelos limites traçados pelas tramas do poder.

Não existe, de um lado, um reino das aparências, das coisas sensíveis e, de outro, um reino das essências, das coisas inteligíveis, que seria a verdadeira realidade. A única “realidade” é a das aparências. Não há nenhuma verdade a ser descoberta ou revelada, porque a única verdade é aquela que nós criamos. (Silva, 2002, p. 38-39)

Tal contribuição é fundamental para desnaturalizar alguns dos discursos mais prevalentes no cenário atual da educação de surdos, que colocam a escola específica para esses sujeitos como o ápice das coisas

que podem ser boas para uma comunidade que mantém uma retórica em torno de seus *artefatos diferenciais*. Estes, por sua vez, também são tomados de forma naturalizada. A intenção é de situar tais discursos em um campo permeado por forças que produzem, valoram e determinam as condições dos sujeitos surdos de estar no mundo. A significação da diferença se dá nesse campo conflituoso de forças que envolve culturas e relações indissociáveis de poder e de saber. A produção da alteridade, nesse contexto, passa inevitavelmente por relações de atribuição de sentido – sentido que também inexistem fora de campos de força de saber e de poder.

É partindo desses entendimentos que é feita a discussão da produção do sujeito surdo no espaço de intersecção entre comunidade e escola de surdos. Trata-se de um espaço que pode ser, entre outras coisas, o lugar do sentimento de conforto comunitário, podendo ser também o não lugar ao qual é relegado o sujeito surdo a partir de técnicas de dominação, normalização e subjetivação.

A partir do delineamento feito, parte-se para os conceitos eleitos para fazer a análise com base nos três pilares dessa pesquisa: o sujeito surdo, a comunidade e a escola. A iniciar pelos dois últimos, é necessário destacar que os conceitos aqui eleitos o são em função de que as próprias entidades – conceituais ou físicas – da escola e da comunidade, ao convergirem com as práticas ou as marcas surdas, suscitam o olhar a alguns conceitos específicos. É fato, por exemplo, que as interpretações da surdez, como marca física, faz com que a comunidade

dos surdos se constitua nos limites da normalidade. Esta questão, eminentemente histórica, não pode ser aqui explorada em minúcias, mas trata-se de uma faceta importante nas possibilidades de organização, manutenção e atuação da própria comunidade surda. É nesse jogo que muitos conceitos entram neste estudo: como suporte importante para a discussão de dois espaços que servem como moldes – não herméticos, não rígidos, mas fluidos e contingentes – que entram em confluência para que o mote central do trabalho seja atingido – *o sujeito surdo*.

A primeira abordagem a ser feita tange a questões que atravessam diretamente a constituição e operacionalização da comunidade surda. Nesse empreendimento, é preciso, primeiramente, pensar sobre as possibilidades de articulação comunitária e sobre como, no caso da comunidade surda, a cultura opera como fator decisivo para o agrupamento dos surdos nesse território. Cultura e, mais especificamente, cultura surda são conceitos necessários para a composição desta pesquisa, uma vez que têm servido à comunidade surda como fator determinante para reforçar a segurança do território comunitário.

O espaço da comunidade pode servir para as relações cotidianas, para bater um papo, para o compartilhamento dos elementos da cultura, [...] para convidar pessoas para participar, já que a comunidade surda não é formada apenas por surdos, mas pelos que estão próximos desses, mesmo os ouvintes. O objetivo maior é a língua de sinais. Dessa forma, a comunidade surda e a

cultura surda estão muito ligadas. (Professor de Santa Maria)

É possível, então, voltar o olhar para os sujeitos surdos e para o modo como a congregação destes se dá, sobretudo, em torno do que se convencionou denominar *artefatos culturais do povo surdo*.

É fato que a língua de sinais tem destaque na comunidade por ser a marca maior da cultura. Muito visível, ela é conectora de membros que compõem uma comunidade sem território. Talvez a relevância de apontar sobre o que (qual lei, qual interesse, qual propriedade) se sustenta a organização da comunidade surda esteja localizada na possibilidade de apontar o caráter adventício de tal reunião de sujeitos. É especialmente na busca e na argumentação em favor dos artefatos culturais do povo surdo que se mantém toda a comunidade. É também através deles que a barganha pelo território físico e simbólico surdo se sustenta, especialmente tendo em vista que a cultura se tornou um modo legítimo ao qual recorrem os povos para demarcar um espaço e criar seu próprio nicho na sociedade. A identidade comum, aqui, também apela ao compartilhamento cultural. É nesse contexto que é possível retirar a naturalidade da união na comunidade e, ao invés disso, atribuir condições – permanentemente (re)inventadas – a partir das quais emerge a necessidade da busca pela proteção comunitária.

Dessa forma, a comunidade surda vem sendo reforçada na mesma proporção em que os artefatos culturais surdos vão sendo legitimados.

DEBATE

A escola de surdos, para mim, tem um significado importante, especialmente pela questão identitária, haja vista que aqui estou com os meus pares surdos. Além disso, o fato de as disciplinas serem interpretadas, o uso constante da Língua de Sinais, o SignWriting, enfim, elementos característicos da cultura surda, favorecem a aprendizagem e também a construção dessa identidade surda. (Aluno de Santa Maria)

Mais uma vez, os artefatos aparecem localizados no reforço da escola. No entanto, em contexto, são frutos da comunidade, que investe na escola e a impregna com os artefatos culturais. De qualquer forma, importa que, mesmo falando em escola, são artefatos que pertencem à comunidade e que são legitimados também no espaço escolar, embutindo forças na própria comunidade.

Dessa forma, investir na formação cultural do sujeito surdo faz com que a comunidade opere como o território de possibilidades para os movimentos de resistência. O uso feito neste artigo sobre esse conceito não se refere à *resistência opositiva* e sim à resistência conforme a noção que lhe dá Foucault: as resistências capilares, “o outro termo nas relações de poder” (Foucault, 2009, p. 106). Entretanto, durante a coleta da materialidade, quando uma importante parcela do investimento foi dedicada às possibilidades de resistência, os sujeitos de pesquisa mantiveram a ênfase na resistência no sentido de luta, de embate, de possível contrapoder.

Já existem leis específicas que garantem os direitos dos surdos, da língua de

sinais, criando a obrigatoriedade da presença de intérpretes em diversos contextos. No entanto, é necessário que a comunidade siga lutando para que os governos, prefeituras, estados, etc., cumpram o que está garantido na legislação, para que esses direitos não sejam perdidos. E para isso é necessário que haja essa franca afirmação da identidade e dos direitos dos surdos. (Aluno de Santa Maria)

Assim, parte-se do seguinte questionamento: até que ponto o investimento dos surdos nas lutas constitui uma forma de poder? A partir dessa indagação, neste estudo, os usos da resistência se dão a partir do entendimento que lhe confere Foucault.

Já voltando à atenção ao espaço da escola de surdos, tem-se que esta vem funcionando como trincheira utilizada pela comunidade surda com o propósito de dar corpo ao processo de resistência. A interface com a escola de surdos aqui se dá pelo fato de que a comunidade se assegura através da escola e, da mesma forma, esta se fortalece através das lutas da comunidade. Nesse momento, os conceitos anteriores podem ser retomados no sentido de vê-los funcionar a partir da estrutura da escola.

Assim, o interesse está justamente em perceber de que maneira as configurações da escola impostas pela presença da comunidade podem determinar formas específicas de produção de sujeitos surdos. Pensar a escola, nesse contexto, se faz imprescindível. Interessa para esta pesquisa lançar um olhar à sua configuração quando tomada pela comunidade surda como sua maior trincheira.

Eu acho que a escola de surdos aqui de Caxias representa uma forma de resistência contra a inclusão. (Aluno de Caxias do Sul)

Nota-se que o direcionamento das atribuições positivas da escola denota o quanto ela, de certa forma, é responsável por garantir a comunidade. Isso ocorre enquanto a escola tem condições de territorializar, de manter sob um espaço físico e um tempo cronológico determinado, os elementos inerentes à comunidade.

Lopes e Veiga-Neto (2006) já disseram que a escola de surdos tem sido um espaço privilegiado para a aproximação e a convivência dos sujeitos surdos e que tal aproximação acaba por imprimir na comunidade surda marcas importantes nas formas de ser e de estar no mundo, especialmente pelo processo de pedagogização dos movimentos surdos. O sujeito, ao cruzar pela escola, passa a ter as marcas desse espaço incidindo sobre ele e, conseqüentemente, passa a operar de acordo com a sistematização e organização do espaço escolar. Dessa maneira, grande parte das marcas que os sujeitos surdos levam consigo é engendrada na própria escola de surdos.

Se, no trabalho de Lopes e Veiga-Neto (2006), o empreendimento central foi o de buscar entender como a escola delimita modelos específicos de *ser surdo*, neste momento, talvez seja possível pensar no movimento paralelo a esse. Trata-se de como a distância entre as articulações comunitárias e o espaço da escola pode ser a variável da equação que ajuda a pensar nos contornos que a escola específica

para surdos assume enquanto espaço de formação de sujeitos surdos. Esse vínculo – escola e comunidade – é facilmente identificado na história e nas práticas da escola.

É possível fazer um resgate histórico de por que a comunidade aqui tem forte ligação com a escola de surdos. Aconteceu que pais e mães de surdos, familiares em geral, professores etc., se reuniram e lutaram pela criação da escola de surdos. Deram esse apoio, e, assim, quando a escola foi fundada, o vínculo já estava criado, já que a escola, de certa forma, foi fruto das lutas da comunidade. Desse modo, [...] as mesmas pessoas compunham os dois espaços (Professor de Santa Maria).

É sugerido que a presença da comunidade na escola é efetiva e intensa. Conforme já foi discutido, a organização comunitária viabiliza articulações políticas, e a escola de surdos aí se coloca como uma trincheira. Nela, é posta em funcionamento certa parte dos argumentos da comunidade surda para garantir a sua força. Ao inchar seus currículos com elementos culturais supervalorizados, a cultura nem sempre é *constituída*, mas por vezes *aprendida* quando tematizada.

Isso tudo é possível porque aqui temos diferentes disciplinas, como: língua de sinais, história da educação de surdos, SignWriting, teatro, questões culturais etc. Todos esses elementos compõem os conhecimentos oferecidos aqui de forma geral. (Professor de Santa Maria)

Aqui na escola temos mesmo essas disciplinas que abordam questões culturais. Os alunos têm, uma vez por

semana, disciplina de cultura surda e, mais uma vez, aula de língua de sinais. Os alunos pequenos têm três vezes por semana aula de língua de sinais. (Professor de Caxias do Sul)

Não se põe como objetivo, neste momento, desvalorizar tais elementos contidos nas escolas de surdos. O que parece relevante é dar visibilidade ao espaço central e privilegiado que a escola de surdos ocupa no movimento de sustentação da comunidade surda e os efeitos que isso tem na produção dos sujeitos surdos.

A comunidade surda, nesse sentido, organiza-se em torno de suas atribuições diferenciais para dar impulso às suas articulações e as coloca em ação dentro da escola. Esta, nesse cenário, muitas vezes funciona como trincheira que guarda por dentro de seus muros a sensação de segurança e a possibilidade de enfrentamentos. A escola de surdos tem sido para os surdos, muitas vezes, um lugar quase exclusivo no que tange à comunicação efetiva, à informação e à criação dos laços interpessoais. Com isso, o que a escola de surdos elege como o que vale a pena oferecer para seus “educandos”? Nesse caso, a proximidade da comunidade com a escola aponta para especificidades em relação àquilo que é possível e necessário investir.

A partir do delineamento das possibilidades criadas a partir da escola e comunidade surda no que tange à produção dos sujeitos surdos, é possível assinalar que a comunidade investe através da escola na formação do *sujeito político surdo*. É plausível evidenciar a lógica da comunidade de manter

a escola de surdos não apenas especificamente pelo acesso ao conhecimento condizente com as peculiaridades dos surdos, mas pelo interesse de sustentar esses sujeitos numa formação que abarque o jogo social (cultural) que está aí. O investimento nesses alunos se dá justamente pela potencialidade que eles apresentam de defender e manter a comunidade. Como já dito, se escola e comunidade surda se fortalecem mutuamente, então impregnar um perfil político nos sujeitos educados nesse contexto mostra-se estratégico tanto para a escola quanto para a comunidade.

Com isso, os surdos mais velhos, que tiveram a experiência da organização da escola e da comunidade, iriam ficando mais velhos, se engajando nas suas atividades, e os mais novos já iriam estudar diretamente nas escolas inclusivas. A organização da comunidade iria também se dissipando, em função de que estes, por desde sempre estarem nas escolas inclusivas, acabariam não participando em momento algum dessas discussões sobre questões específicas da surdez. Como isso não iria fazer parte das suas vidas desde sempre, acho que não lutariam por isso e que as articulações da comunidade seriam muito enfraquecidas. (Aluno de Caxias do Sul)

Voltando a pensar no sujeito como construção histórica, é oportuno conceber que este tem na educação possibilidades de envolver-se em processos de “constituição de identidades, de personalidades, de formas de sensibilidade, de maneiras de agir, sentir e pensar, normalizadas, sujeitas, regulamentadas, controladas [...]”

DEBATE

(Gadelha, 2009, p. 173). A partir daí, é possível compor o “resultado” mais interessante desta pesquisa que encontra a pergunta central estabelecida no início deste trabalho. Trata-se de evidenciar as formas pelas quais a comunidade surda investe na escola de surdos no sentido de garantir a continuidade e a força da própria comunidade. E como faz isso? Imprimindo no sujeito pedagogizado pela escola o espírito comunitário, regulando-o também pelos acordos que servem à comunidade surda.

NOTAS PARA FINALIZAR

Se, retomando as teorizações do primeiro parágrafo deste texto, pensar em formas de subjetivação é pensar nas formas pelas quais é possível que seres humanos se tornem sujeitos (Castro, 2009), o objetivo deste artigo foi o de evidenciar as formas pelas quais os surdos se tornam sujeitos de uma surdez constituída a partir de traços culturais. Além disso, e não menos importante, também se colocou como objetivo compreender quais as formas de subjetivação são decorrentes da articulação de escola e comunidade surda. Em suma, o empreendimento deste trabalho moveu-se em torno de compreender o que constitui o sujeito cultural surdo, fazendo-o tornar-se

“cultural” e “político/atuante” em torno das causas da comunidade.

É possível conceber que os processos históricos aos quais são submetidos os sujeitos, por si só os subjetivam. Nesse contexto, resgatando a necessidade histórica de a comunidade surda buscar outras formas de significação sobre si, tem-se que a escola serve à comunidade no sentido de conseguir, de certa forma, perpetuar o espírito político que precisa ter uma comunidade. É interessante apreciar que, por anos, pertencer à comunidade, ou seja, ter a identidade surda aceitável por ela, significava ser surdo, usuário da língua de sinais, simpaticizante com as lutas da comunidade. Hoje, pelas diretrizes das políticas nacionais, isso parece não mais ser o bastante. Há uma necessidade constante de não permitir que a comunidade sucumba e que todos os elementos conquistados por ela, durante anos de articulações políticas, se percam.

Tais movimentos podem ser colocados em ação justamente a partir da escola. O sujeito pedagógico, ou seja, o sujeito subjetivado e regulado pelas práticas da escola, deve, dentre outros tantos perfis, atender à necessidade de *ser político*. Em outras palavras, a convergência da comunidade surda com o espaço da escola de surdos imprime, basicamente, um investimento na formação do surdo politizado.

A análise feita nesta pesquisa evidencia que a comunidade investe no sujeito surdo por meio da escola, parece não necessariamente responder, mas circunscrever as possibilidades de resposta para as questões: o que quer a comunidade ao defender a escola de surdos? O que ela ganha com isso? Essa intersecção entre escola e comunidade parece estar muito mais na ordem do político do que na esfera de construção de conhecimentos.

A partir disso, é possível voltar a pensar no sujeito surdo. Desde o início, a escolha por esse “segmento” se deu em função de que a escola vem sendo privilegiadamente um espaço de instituição de subjetividades e de modos de vida. Com isso, a escola de surdos, que exerce essa função como qualquer outra escola, é buscada incessantemente pela comunidade surda a fim de que a construção de subjetividades que acontece na escola de surdos possa se dar também de modo a garantir o que quer a comunidade. Os excertos e questões abordadas nesta seção foram escolhidos no intuito de ilustrar a forma como a comunidade entende a escola como possibilidade de manutenção do seu funcionamento e preceitos. Muito disso se deve ao fato de que o sujeito que é pedagogizado na escola aprende lá a ser político e a dar conta do que quer a comunidade.

Referências bibliográficas

CASTRO, Edgardo. *Vocabulário de Foucault: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

FOUCAULT, Michel. “Verdade e Poder”. *Microfísica do poder*. 26ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 2008, p. 1-14.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade: a vontade de saber*, 19ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 2009.

GADELHA, Sylvio. *Biopolítica, governamentalidade e educação: introduções e conexões, a partir de Michel Foucault*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

LOPES, Maura Corcini. *Surdez e Educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

LOPES, Maura Corcini e VEIGA-NETO, Alfredo. *Marcadores culturais surdos: quando eles se constituem no espaço escolar*, v. 24. Florianópolis: Perspectiva, jul./dez., 2006.

SILVA, Tomaz Tadeu. “Dr. Nietzsche, curricularista – com uma pequena ajuda do professor Deleuze”. In MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa e MACEDO, Elisabeth Fernandes (Orgs.). *Currículo, práticas pedagógicas e identidades*. Porto: Porto Editora, 2002, p. 35-52.

SILVEIRA, Rosa Maria Hessel. “A entrevista na pesquisa em educação – uma arena de significados”. In COSTA, Marisa Vorraber (Org.). *Caminhos investigativos II: outros modos de pensar e fazer pesquisa em educação*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007, p. 117-138.

VEIGA-NETO, A. Michel. “Foucault e os Estudos Culturais”. In COSTA, M. V. (Org.). *Estudos Culturais em educação: mídia, arquitetura, brinquedo, biologia, literatura e cinema*. Porto Alegre: UFRGS, 2004, p. 37-72.